

Pró-Reitoria de Ensino emite esclarecimentos sobre o Programa de Qualificação das ANPs

Após a leitura da “Carta aberta dos servidores do IFSC - Câmpus Joinville” na reunião do Conselho Superior, em 16/11/20, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) vem a público para dialogar sobre alguns pontos do programa de qualificação das atividades não presenciais (PQANP) com o objetivo de reforçar o entendimento de que as ações buscam não somente qualificar as atividades não presenciais e incluir estudantes excluídos digitalmente.

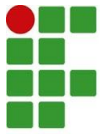
O Programa abrange as seguintes ações institucionais:

1. Fortalecimento dos NEADs dos câmpus com equipamentos de produção de videoaulas e equipes de apoio para a produção de materiais didáticos;
2. Produção de conteúdos por docentes do IFSC e por eixo tecnológico para o AVEA, de forma compartilhada entre os câmpus;
3. Formação continuada de docentes para as ANPs.

Em relação ao fato do PQANP não ter sido apreciado pelo Conselho Superior, cabe esclarecer que não estamos falando de uma política, mas sim de um programa sob responsabilidade da PROEN que coloca em prática um conjunto de ações que preenchem algumas lacunas e fortalecem o regime de ANP do IFSC no contexto de distanciamento social relacionado à pandemia Covid-19. O Programa foi apreciado no âmbito do CODIR, em reunião realizada em 12/08, apresentado aos coordenadores dos NEADs em 18/09 e aos Dirigentes de Ensino em 29/09.

As suspeições de que o PQANP levará à “EaDetização dos cursos presenciais” e a “mercantilização/precarização do processo educativo” no IFSC, precisa ser contraposta com o fato de que todas as instituições de ensino do mundo estão lidando com o desafio de empreender o ensino remoto emergencial de forma mais qualificada. Com a continuidade e prorrogação da suspensão das aulas presenciais e manutenção do regime de ANP adentrando 2021, é preciso ter ações institucionais, planejadas, articuladas, contando com equipes de apoio e equipamentos que contribuam para qualificar a atividade docente e o material didático para os estudantes. Temos que considerar que o ensino híbrido, que combina estratégias pedagógicas presenciais e não presenciais, não é apenas uma necessidade deste período de pandemia mas, em certa medida e cada vez mais, uma demanda dos nossos públicos estratégicos e estudantes no sentido da atualização e inovação dos currículos, assim como dos processos de ensino-aprendizagem e formativos.

A literatura atualizada da área educacional diferencia a EAD das estratégias de ensino híbrido e remoto. Na contemporânea interface de uma sociedade analógica à outra digital, não há o que se falar em resistência ao uso de tecnologias por se tratar de uma ação cultural. Portanto, empreender esforços à qualificação das ANP não pode ser associado a precarização do ensino ou a fragilização do trabalho, é - outrossim - uma resposta responsável do IFSC frente a impossibilidade temporária do presencial.



Acreditamos que a EaD e o ensino híbrido não ameaçam a dimensão presencial dos nossos cursos, pois sabemos que a educação profissional e tecnológica sempre foi e continuará sendo pautada nas atividades presenciais e práticas como dimensão central do processo formativo e do desenvolvimento de competências socioprofissionais. Também não entendemos que isso possa diminuir a autonomia docente, haja vista que o uso de estratégias não presenciais, mediadas por tecnologias digitais ou não, atualiza e diversifica o papel docente no processo educativo. Na perspectiva temporal, vivemos uma fase de transição para a qual experimentar e experienciar são ações decisivas para construir novas formas de existência, interação e ensino-aprendizagem.

A produção de conteúdos e videoaulas por grupos de docentes organizados por eixo tecnológico, traduz-se numa estratégia de otimização de recursos e de abordagem interdisciplinar de temas e assuntos comuns e até transversais aos diferentes cursos. A “postura crítica” do docente não está ameaçada pelo uso deste tipo de material didático a ser compartilhado e disponibilizado em plataforma institucional, pois a criticidade é inerente ao processo formativo e visão de mundo do professor e pode ser exercida por meio de quaisquer recursos e estratégias didáticas a serem utilizados. O PQANP é uma opção.

Sobre as alegações alarmistas de que o PQANP levará à “redução contínua dos investimentos e desresponsabilização do Estado pela educação pública, gratuita e de qualidade”, bem como à “redução do número de professores da Rede Federal e diminuição ou extinção da contratação de professores substitutos”, é preciso registrar que tais projeções de consequências não devem ser atribuídas de forma alguma ao Programa. Se esse processo existe é resultante de políticas de governo para a educação, as quais condenaríamos veementemente. Misturar essas duas abordagens não contribui para a qualificação das ANP.

Por fim, quanto a afirmação de que o “objetivo é aproveitar o pretexto da pandemia para precarizar e desmontar tudo o que foi construído ao longo dos anos na educação ofertada pela Rede Federal”, é preciso ratificar que os resultados do PQANP não possuem tal propósito e nem tamanha amplitude, seja porque se concentram no IFSC com o intuito de qualificar as ANPs enquanto estratégia pedagógica de atendimento no período distanciamento social e no retorno gradual das aulas presenciais, seja porque estamos falando de uma instituição centenária de educação profissional, marcada e consolidada pela trajetória e atuação no atendimento às demandas sociais, econômicas e ambientais do estado Catarinense e do Brasil.

Florianópolis, 20 de novembro de 2020.

Pró-Reitoria de Ensino (Proen)

proen@ifsc.edu.br